



a caravana

N.º avulso € 0,90
Assinatura anual € 9,00

EDIÇÃO ESPECIAL

Trimestral - Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

3ª Série - Ano XXIII - nº 100, janeiro / março 2021



Ver notícia na pág. 10



Editorial

Este número da Caravana, não podia deixar de ser uma edição charneira entre o passado, o presente e o futuro da vida das comunidades ciganas no seio das outras culturas que as acolheram e/ou onde vivem. O passado começa por estar representado na celebração dos 50 anos do célebre Congresso Internacional de Londres de 1971, que ocorreu no passado dia 8 de abril. Aí foi de alguma forma proclamada pelos próprios representantes internacionais ciganos, a “constituição” do povo cigano enquanto detentor de uma identidade cultural própria, aí foi adotado o nome de Roma ou Rroma, foi escolhida a sua bandeira e aprovado o seu hino Gelem Gelem em Romani: Caminha,

Caminha. Mas o passado das populações ciganas tem outros aspetos infelizmente bem dramáticos, como o testemunha o extenso artigo de Rafael Jesus que este número da Caravana começa a publicar.

O presente das populações ciganas está bem caracterizado: no notável número do Jornal da Nossa Terra da ADC Moura (Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura) totalmente dedicado à população cigana e que também apenas começamos a referir neste número; na entrevista a Cátia Montes no nº de dezembro da Newsletter do OBCIG (Observatório das Comunidades Ciganas); na esclarecida Nota da CNJP (Comissão Nacional Justiça e Paz) intitulada “Por uma cidadania plena” e na en-

(Continua na pág. 2)

POR UMA CIDADANIA PLENA

*Nota da Comissão Nacional Justiça e Paz
sobre os cidadãos portugueses ciganos*

Em Portugal, vivem cidadãos portugueses que, por partilharem uma origem e cultura comuns, são reconhecidos como ciganos. Este traço identitário é mais um dos sinais da magnífica diversidade que caracteriza a nossa sociedade, não podendo ser nunca pretexto para apontar alguns grupos como menores ou adjacentes. A Comissão Nacional Justiça e Paz considera que frequentes afirmações públicas acerca destes cidadãos são injustas e incorretas, revelam desconhecimento, evidenciam preconceitos, são profundamente discriminatórias.

Chegaram a Portugal há cerca de 500 anos, aqui se instalaram, constituíram as suas famílias, e participaram na nossa construção e desenvolvimento comuns, como outros grupos o fizeram. Presume-se que representem cerca de 0,5% da população portuguesa. Sabe-se que um número significativo, aproximadamente metade, permanece numa situação de pobreza extrema e exclusão.

O conhecimento deste grupo de cidadãos portugue-

ses permanece refém de estereótipos e preconceitos. O

medo do diverso, do que não se conhece, favoreceu ao longo dos tempos o fechamento dos grupos e a consolidação de percepções que foram

sendo veiculadas e afirmadas publicamente, induzindo comportamentos discriminatórios e excludentes.

Classificar um grupo de pessoas, globalmente, como

(Continua na pág. 2)

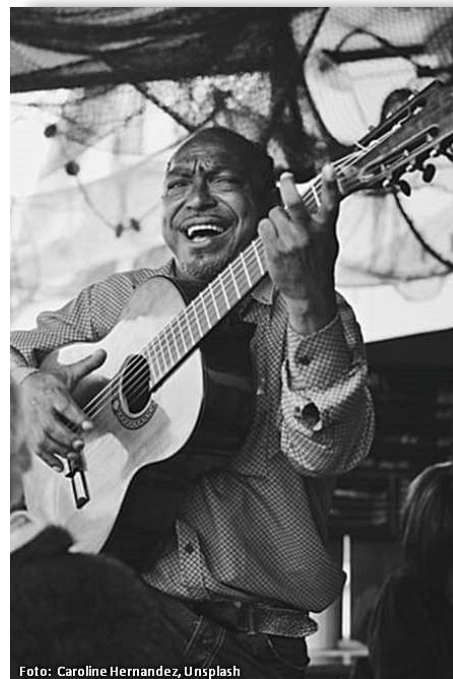


Foto: Caroline Hernandez, Unsplash

Editorial

(Continuação da pág. 1)

trevista da ONPC inserida no Caderno da Editorial Cáritas sobre a Encíclica Fratelli Tutti.

Para o futuro das populações ciganas, particularmente na Europa, foi importante a adoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no qual se fundam orientações muito importantes, tais como o Novo Quadro Estratégico da UE para a Igualdade e a Participação dos Ciganos 2020-2030 e a novíssima Recomendação do Conselho sobre igualdade, inclusão e participação das populações ciganas de 12 de março de 2021, a qual foi objeto de uma Conferência internacional online, promovida pela Presidência Portuguesa do Conselho da UE em 15 de abril, no fecho desta edição da Caravana. Esta Recomendação é, de facto, uma série de 108 recomendações aos Es-

tados Membros, focando objetivos horizontais para a igualdade, inclusão e participação e sectoriais nos domínios da educação, emprego, saúde e habitação, focando ainda a necessidade de parcerias, incluindo com a sociedade civil e da cooperação transnacional, o financiamento e a monitorização da implementação das Estratégias Nacionais para a Inclusão das Comunidades Ciganas; na conclusão fazem-se três recomendações à própria Comissão. Resta-nos esperar e trabalhar, para bem da tão ansiada, como protelada inclusão das populações ciganas na corrente da prosperidade do mundo moderno, que se passe de recomendações para a implementação controlável, para que as diferenças abissais de agora e a estagnação dos níveis de inclusão e de igualdade cívica, se vão rapidamente reduzindo.

Francisco Monteiro

CARAVANA - ASSINATURAS DE 2021

Assinatura anual: € 9,00

Assinatura de apoio: a sua generosidade

Nome _____ N.º _____ *

Morada _____

Código postal _____

Junto envio a importância de € _____ em

- ☐ cheque ou vale de correio à ordem de Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos
É favor não passar o cheque à Ordem da Caravana, mas sim da OBRA NACIONAL DA PASTORAL DOS CIGANOS, caso contrário teremos que lhe devolver o cheque. Obrigado.
☐ transferência bancária (NIB: 0036 0000 9910 5888 3823 8)

Data ____ / ____ / 2021

Ass. _____

* É o seu n.º de assinante (ver na etiqueta)

O SENHOR CHAMOU A SI JOSÉ PINTO DE SOUSA

A ONPC lamenta o falecimento de José Pinto de Sousa, Presidente da Associação Ciganos Hoje, sendo que esta Associação era Presidente da Mesa da Assem-

bleia Geral da FECALP (Federação Calhim Portuguesa) da qual era cofundadora. José Pinto de Sousa vivia em Odivelas e sempre teve uma atuação eficaz e gentil nos projetos que empreendeu na Associação que fundou e a que presidiu e deu à FECALP uma participação diretiva que se pautou pela competência e pela resiliência.

O SENHOR CHAMOU A SI RUI DE OLIVEIRA BATALHA

Fervoroso membro da Ordem Franciscana Secular, Rui assinava sempre os seus mails com as siglas O.F.S. e acrescentava o seguinte versículo:

“Eu, porém, como oliveira verdejante na casa de Deus, confio para sempre na sua misericórdia.” (Sl 52,10)

Depois de uma longa carreira profissional na qual se destacou o seu trabalho na ampliação do aeroporto do

Funchal, Rui, entre outras tarefas de voluntariado, sempre norteadas pela sua intensa fé, colaborou durante diversos anos na Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (ONPC) que lhe ficou a dever, entre outras colaborações, a atual estrutura contabilística e o Índice da 3ª Série da Caravana. Neste seu centésimo número, a Caravana e toda a ONPC agradecem profundamente ao Rui a sua total dedicação e a franca e fiel amizade que a todos sempre dedicou.

POR UMA CIDADANIA PLENA

(Continuação da pág. 2)

subsídiodependentes, parasitas que não querem trabalhar, é injusto e infundado, revela desconhecimento acerca de uma realidade que é múltipla, complexa e diversificada, que permanece fechada num quase gueto de isolamento e discriminação. Se se perguntar quem dá trabalho a um cidadão, português cigano, quantos, em verdade, responderão afirmativamente?

A sociedade portuguesa, caracterizada como de um Estado de Direito, alicerçado nos direitos humanos, promotor da inclusão, tem ainda um longo caminho a percorrer. As políticas públicas, destinadas a todos, tardam a ser integralmente aplicadas a este grupo de cidadãos. Basta pensar em decisões, institucionais que permitiram que o direito à educação das meninas ciganas não se realizasse em nome da “identidade cultural”.

A declaração de Abu Dhabi, assinada pelo Papa Francisco e pelo grande Imã de Al-Azhar em 4 de fevereiro de 2019 e que serviu de inspiração à encíclica *Fratelli tutti*, ape-la ao reconhecimento e implementação do conceito de *cidadania plena*. Nesta declaração afirma-se que «o conceito de *cidadania* baseia-se na igualdade dos direitos e dos deveres, sob cuja sombra todos gozam da justiça. Por isso, é necessário empenhar-se por estabelecer nas nossas sociedades o conceito de *cidadania plena* e renunciar ao uso discriminatório do termo *minorias*, que traz consigo as sementes de se sentir isolado e da inferioridade; isto prepara o terreno para as hostilidades e a discórdia e subtrai as conquistas e os direitos religiosos e civis de alguns cidadãos, discriminando-os».

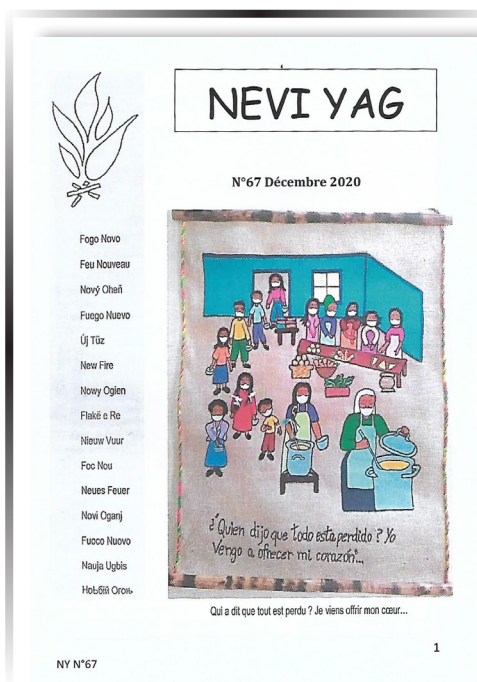
Em outubro de 2020, a União Europeia aprovou um novo quadro estratégico (2020/2030) para a igualdade, a inclusão e a participação dos ciganos assente em sete domínios principais (igualdade, inclusão, participação, educação, emprego, saúde e habitação), fixando metas e definindo indicadores de monitorização da execução dos objetivos políticos, para o qual convoca o envolvimento de todos os Estados-membros. («onde está a essência da humanidade quando todos os dias cidadãos ciganos são excluídos da sociedade...?» - Presidente Von der Leyen)

A Comissão Nacional Justiça e Paz, reconhecendo embora alguns impactos positivos da ação política decorrente do consagrado na *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, constata a persistente situação de extrema pobreza e exclusão nestas comunidades e apela ao reforço da implementação das políticas públicas de inclusão social a elas dirigidas, nomeadamente nas áreas da habitação, da educação e do emprego.

A Comissão Nacional Justiça e Paz ape-la ainda ao reconhecimento e implementação deste conceito de *cidadania plena*, inclusivo, que recusa estigmas e práticas discriminatórias e excludentes, que exige o conhecimento de cada parte e a sua aproximação, que é promotor da igualdade e da justiça. Assim, para que ninguém fique para trás, e tal como é proclamado na declaração Abu Dhabi, considera urgente «a adoção de uma cultura de diálogo, a cooperação mútua como código de conduta, a compreensão recíproca como método padrão».

Lisboa, 1 de março de 2021

A Comissão Nacional Justiça e Paz (Conferência Episcopal Portuguesa)



A EDITORIAL CÁRITAS PUBLICOU UM CADERNO COM CONTIBUTOS SOBRE A ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI*

Em dezembro, a Editorial Cáritas publicou mais um dos seus Cadernos da Editorial, este último intitulado Organizações Sociais da Igreja Católica em Portugal e a “Fratelli Tutti”. O Caderno contém entrevistas da Editorial a 12 Organizações Sociais, com o título “A voz de”; entre as “vozes” está a da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (ONPC). O entrevistado foi Francisco Monteiro.

Editorial Cáritas (EC) *Que leitura faz a ONPC, no âmbito da sua missão, da Encíclica do Papa Francisco “Fratelli Tutti”?*

Francisco Sousa Monteiro (FM) No entender da ONPC, a nova Encíclica do Papa Francisco “Fratelli Tutti”, de certa maneira repete e expande os insistentes ensinamentos deste Papa sobre a urgência de a mensagem evangélica do amor aos outros, homens e mulheres, próximos e distantes, sem distinções nem esquecimentos, ser assimilada pelas próprias estruturas e sistemas económicos e sociais. Mais: o Papa faz um apelo aos corações todos, cristãos ou não, para que interiorizem e traduzam na prática das atitudes e das obras, esta fraternidade universal (nas palavras do Beato Carlos de Foucauld citado no final da Encíclica). Sob o ponto de vista da ONPC, realça-se que um marco referencial da Encíclica, o Documento sobre a fraternidade humana que resultou do encontro entre o Papa Francisco e o Grande Imã Ahmad ALTayyeb em Abu Dhabi, em fevereiro de 2019, de certa maneira “instaure” o princípio de que o conceito de cidadania plena que “se baseia na igualdade dos direitos e dos deveres, sob cuja sombra todos gozam da justiça”, deveria ser estabelecido nas nossas sociedades, renunciando “ao uso discriminatório do termo minorias, que traz consigo as sementes de se sentir isolado e da inferioridade” que “prepara o terreno para as hostilidades e a discórdia e subtrai as conquistas e os direitos religiosos e civis de alguns cidadãos, discriminando-os” (nº 131).

Já antes, na Encíclica, o Papa, ao desenvolver as “sombras” do nosso mundo, diz que “de novo” nos envergonham “as expressões de racismo, demonstrando assim que os supostos avanços da sociedade não são assim tão reais nem estão garantidos de uma vez por todas” (nº 20). É bem significativo que o Papa Francisco realce o racismo cujas consequências os ciganos sofrem diariamente, como um dos sinais do não avanço da nossa civilização.

EC *Apesar do ambiente de incerteza que marca o futuro próximo, qual a orientação fundamental da ONPC*

para este ano pastoral 2020/2021 relativamente ao exercício possível da sua missão?

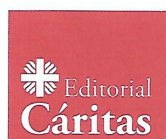
FM A ONPC há muito definiu como sua estratégia fundamental aquele princípio antigo da missão que é a aposta na autonomização do desenvolvimento espiritual e social das populações, neste caso das populações ciganas portuguesas. Só quando os ciganos tomarem nas suas mãos o seu próprio desenvolvimento, os esforços para a sua inclusão social serão bem-sucedidos. Aliás, a participação dos próprios ciganos tem sido a característica que as diversas estruturas da UE têm sublinhado, cada vez com maior insistência, nas estratégias e políticas de inclusão das populações ciganas europeias.

Ao longo dos 36 anos da sua existência, a ONPC tem evoluído do confronto com a pobreza e com a exclusão social, em todos os aspetos da cidadania, passando pela quinta essência da evangelização que é o pôr-se à escuta da cultura cigana, para o incentivo à autonomização dos responsáveis ciganos, através de, entre outras iniciativas, apoiar a criação de associações ciganas, entre as quais uma de mulheres ciganas, atualmente particularmente florescente e autónoma, graças ao valor das suas próprias fundadoras, e, até ao presente, à única federação portuguesa de associações ciganas; esta já desenvolveu algumas iniciativas de motu próprio e participou em muitas outras.

A incerteza do presente e do futuro não são diferentes da demasiadamente lenta evolução que se tem verificado no nosso país e infelizmente um pouco por toda a Europa, no processo

de inclusão social das comunidades ciganas.

O plano da ONPC para 2021 tem alguns pontos fulcrais: continuar a apoiar a FECALP (Federação Calhim Portuguesa – calhim significa cigana em Romanó) apelando para a atribuição de meios para que se concretize o exercício da autoresponsabilidade dos dirigentes ciganos; apoiar junto das entidades responsáveis o fim do escândalo social que é o calvário dos ciganos nómadas compulsivos no Alentejo a quem todos os direitos são negados; continuar, junto da comunicação social e das autoridades, a pugnar por todas as formas de implementar as estratégias de inclusão das comunidades ciganas, agora no quadro da nova estratégia europeia para 2030, tentando insistir, tanto quanto possível, em soluções eficazes para os inúmeros grandes problemas que subsistem, sobretudo, nos domínios da habitação e do trabalho.



DEZEMBRO DE 2020

CADERNOS
DA EDITORIAL

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA IGREJA CATÓLICA
EM PORTUGAL E A “FRATELLI TUTTI”



PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão proclamaram o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento, realizada em Gotemburgo, na Suécia, em 17 de novembro de 2017. O Pilar define 20 princípios fundamentais e direitos em favor da equidade e do bom funcionamento dos mercados de trabalho, estruturados em torno de três capítulos:

- igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho,
- condições de trabalho justas,
- proteção social e inclusão.

O Pilar é o primeiro conjunto de direitos sociais proclamado pelas instituições da UE desde a Carta dos Direitos Fundamentais em 2000. No intuito de traduzir os 20 direitos e princípios na prática, a Comissão lançou iniciativas concretas a nível europeu.

A Presidente da Comissão Europeia, **Ursula von der Leyen**, afirmou o seu compromisso para com o Pilar no seu discurso perante o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, em julho de 2019, e nas Orientações Políticas que definiu para o mandato da próxima Comissão Europeia, anunciando novas ações para aplicar os princípios e os direitos.

Embora muitos dos instrumentos necessários para a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais estejam nas mãos dos **Estados-Membros**, dos parceiros sociais e da sociedade civil, as instituições da **União Europeia** – e a Comissão Europeia em particular – podem dar uma ajuda valiosa ao definir o **enquadramento** e apontar o caminho a seguir.

O objetivo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais é **conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes**.

I: Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

1. Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida
2. Igualdade entre homens e mulheres
3. Igualdade de oportunidades
4. Apoio ativo ao emprego

II: Condições de trabalho justas

5. Emprego seguro e adaptável
6. Salários
7. Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento
8. Diálogo social e participação dos trabalhadores

...

Deve ser incentivado o apoio para reforçar a capacidade de promoção do diálogo social por parte dos parceiros sociais.

9. Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

10. Ambiente de trabalho são, seguro e bem adaptado e proteção de dados

III: Proteção e inclusão sociais

11. Acolhimento e apoio a crianças

12. Proteção social

13. Prestações por desemprego

14. Rendimento mínimo

15. Prestações e pensões de velhice

16. Cuidados de saúde

17. Inclusão das pessoas com deficiência

18. Cuidados de longa duração

19. Habitação e assistência para os sem-abrigo

Deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso a habitação social ou a uma ajuda à habitação de qualidade.

As pessoas vulneráveis têm direito a assistência e a proteção adequadas em caso de despejo.

Devem ser disponibilizados aos sem-abrigo alojamento e serviços adequados para promover a sua inclusão social.

20. Acesso aos serviços essenciais

Todas as pessoas têm direito a aceder a serviços essenciais de qualidade, designadamente

te água, saneamento, energia, transportes, serviços financeiros e comunicações digitais. As pessoas necessitadas devem beneficiar de apoios ao acesso a estes serviços.

Fonte: informação da União Europeia

Pilar Europeu dos Direitos Sociais



O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão proclamam solenemente como Pilar Europeu dos Direitos Sociais o texto a seguir reproduzido

PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

Antonio Tajani

Presidente
Parlamento Europeu

Jüri Ratas

Presidente
Conselho da União Europeia

Jean-Claude Juncker

Presidente
Comissão Europeia



O PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS NA ÓTICA DA ERGO

Fonte: Newsletter OBCIG - dez 20

A ERGO (EUROPEAN ROMA GRASSROOTS ORGANISATIONS NETWORK – Rede Europeia de Organizações Ciganas de Base), em novembro de 2020 aprovou o seu parecer sobre o Pilar, do qual apresentamos excertos.

A ERGO começa por se congratular por a UE ter adotado, pela primeira vez desde que em 2000 proclamou a Carta dos Direitos Fundamentais, este conjunto de direitos sociais. Embora não obrigatórios, esta iniciativa global de 20 princípios sociais, complementados por uma tabela de 14 indicadores, tem como finalidade apoiar o bom funcionamento e a justiça dos mercados de trabalho e dos sistemas de apoio social, com vista a integrar melhor e a obter resultados nas necessidades sociais. Para a UE o Pilar destina-se a assegurar que “ninguém é deixado para trás”.

Infelizmente, as metas do recente Quadro Estratégico Europeu para a Igualdade, a Inclusão e a Participação dos Ciganos (QEEIPC) estabelece poucos elos específicos com os 20 Princípios do Pilar e reduz mesmo o seu âmbito a apenas três princípios. Além do mais, os indicadores da Tabela Social deveriam ser desagregados por forma a incluir dados de grupos chave, tais como os Ciganos e ser também alinhados com as medidas prescritas no QEEIPC, para garantir uma visão coerente. A luta contra o

racismo e a discriminação em todas as suas formas, incluindo o anticiganismo, deveria ser um elemento chave do Plano de Ação do Pilar, em si mesmo e de uma forma transversal a todos os princípios, para assegurar que os ciganos na Europa podem ter acesso ao emprego, à educação, à saúde, à habitação e à proteção social. O Plano de Ação deve também operar em sinergia com outras importantes iniciativas da UE, tais como o Plano de Ação contra o Racismo 2020-2024, as Diretivas sobre a Igualdade das Raças, os Direitos das Vítimas, a Igualdade no Emprego (reformulada) e ainda o Plano de Ação da OSCE (Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa) para os Ciganos e o Plano de Ação do Conselho da Europa para os Ciganos.

É encorajador que o QEEIPC contenha objetivos prioritários explícitos transversais com metas concretas para reduzir a pobreza dos ciganos. A Comissão Europeia deve assegurar que o financiamento estrutural chega aos ciganos, através de um indicador específico alinhado com as Estratégias Nacionais para a Inclusão dos Ciganos (ENICs). O Plano de Ação do Pilar

somente será eficaz se conseguir assegurar uma ampla pertença por parte dos beneficiários, se estiver radicado em evidência direta a partir do terreno e se os seus resultados forem apoiados a partir da parceria abrangente e significativa de todos os implicados. As comunidades ciganas e os representantes das suas ONGs devem participar em todas as fases da conceção, realização e monitorização das medidas, tanto ao nível nacional como ao da UE. É necessário efetivar um diálogo claro e protocolos de cooperação, para assegurar que a voz das comunidades marginalizadas é escutada e tida em consideração, enquanto que é necessário disponibilizar recursos financeiros para apoiar as ONGs ciganas e construir consciencialização, participação e cidadania ativa, bem como democracias mais resistentes.

É importante que as medidas programadas de ensino e formação durante toda a vida sejam efetivadas para garantir que os ciganos em geral e os jovens ciganos em particular são preparados para os empregos do futuro e que podem beneficiar inteiramente do potencial das transições verdes e digitais. É igualmente importante fomentar a formação de professores e de pessoal escolar ciganos, por forma a contribuir para a diversidade e a inclusão, e, igualmente, para corresponder melhor às necessidades dos alunos e estudantes ciganos.

O novo QEEIPC atribui uma prioridade transversal à luta contra o anticiganismo, um elemento que deveria ser considerado fulcral no Plano de Ação do Pilar o qual inclui uma boa referência ao anticiganismo, usando a formulação proposta pela Aliança contra o Anticiganismo. Apela-se aos Estados Membros (EMs) para que desmantelem e evitem a discriminação sistémica / institucional / estrutural que os ciganos têm sofrido, assim como restrinjam o discurso de ódio nas declarações públicas e nos media.

A diversidade não é considerada como um ativo no mercado de trabalho e a discriminação no recrutamento não é suficientemente encarada. Ter mais ciganos empregados quebra o ciclo da pobreza e da desvantagem, ajuda a contrariar a discriminação generalizada, cria padrões de comportamento positivos e contribui para uma economia mais inclusiva e resistente. O emprego é uma das quatro prioridades do QEEIPC, enquanto o trabalho condigno é um dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

(Continua na pág. 8)

ERGO Network response to the Spring Package 2020



RECOMENDAÇÕES DA ERGO PARA OS QUADROS ESTRATÉGICOS NACIONAIS NO ÂMBITO DO NOVO QUADRO ESTRATÉGICO DA UE PARA A IGUALDADE, A INCLUSÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS CIGANOS 2020-2030 (QEEIPC)

Fonte: Newsletter OBCIG - dez 20

Com data de dezembro de 2020, a ERGO (EUROPEAN ROMA GRASSROOTS ORGANISATIONS NETWORK – Rede Europeia de Organizações Ciganas de Base) fez aos governos nacionais recomendações que deveriam ser prioritizadas quando eles desenvolverem os quadros estratégicos nacionais, nos primeiros meses de 2021. Estas recomendações foram desenvolvidas pela ERGO com base na sua experiência prévia e nos contributos das organizações que a integram em toda a Europa e nas organizações ciganas e pró-ciganas membros da Coligação de Política Cigana da UE (ERPC), com financiamento da UE e do Ministério das Relações Exteriores Alemão.

Apresentamos excertos.

Em 7 de outubro de 2020 a Comissão Europeia publicou uma Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o QEEIPC que substitui o anterior Quadro 2011-2020. O novo Quadro dá um passo positivo: altera a perspetiva do Quadro anterior para uma visão mais equilibrada entre a inclusão social, os direitos humanos e os objetivos de capacitação; pede aos EMs e aos Estados candidatos ao alargamento da UE para desenvolverem não apenas estratégias, mas uma perspetiva intersectorial para contrariar a discriminação e definir a discriminação intersectorial enquanto tal pela primeira vez. Os países vizinhos são mencionados pela primeira vez relativamente à inclusão dos ciganos. Nessa Comunicação é pedido aos EMs que priorizem a justiça ambiental.

A ERGO considera (*tal como o ERRC, ver Caravanas n.ºs 98 e 99*) que não são ambiciosos os compromissos mínimos propostos nas áreas da educação, saúde, habitação, luta contra o anticiganismo e discriminação e participação. Deverá assegurar-se a participação do novo Monitor da Sociedade Civil e das Organizações da Sociedade Civil na recolha de dados e na avaliação e monitorização sistemáticas das políticas e medidas tomadas sobre os ciganos, para melhorar a fiabilidade, a transparência e a idoneidade desses proces-

sos. Deveriam ainda desenvolver-se indicadores específicos para relatar as medidas de inclusão dos ciganos financiadas pelos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIFs) e analisar e relatar a eficácia, a eficiência e o impacto que os programas financiados por esses Fundos tiveram nos ciganos. Deveria ainda estabelecer-se a ligação entre o Monitor da Sociedade Civil de os Pontos de Contacto Nacionais para os Ciganos. Deveria assegurar-se que os ESIFs continuam a desempenhar um papel central para possibilitar a implementação de iniciativas que visem incrementar a situação e a experiência das comunidades ciganas; fundos específicos poderiam ser reservados para fazer progredir a igualdade e para melhorar as condi-

ções de vida das comunidades ciganas. Completamente em linha com os objetivos e as metas do QEEIPC, os ciganos deveriam ser incluídos na preparação do Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência até abril de 2021.

Na área do combate ao anticiganismo e à estereotipização dos ciganos, recomenda-se que sejam reconhecidas as datas importantes que fazem parte da história e da cultura ciganas: 8 de abril – Dia Internacional dos Ciganos; 16 de maio – Dia da Resistência Cigana; 2 de agosto – Dia do Memorial do Holocausto Cigano e 5 de novembro – Dia da Língua Cigana (*ao que acrescentaríamos 24 de junho – Dia Nacional dos Ciganos*).

No domínio do emprego é recomendado aos EMs que sejam criados esquemas de apoio à criação de emprego que vá ao encontro das necessidades dos trabalhadores informais e dos seus negócios informais, apoiando a sua progressiva transição para o sistema estatal de emprego e proporcionando-lhes medidas específicas tais como incentivos fiscais e assistência e apoio técnicos e jurídicos. O emprego dos jovens deveria ser uma prioridade nos Quadros Estratégicos Nacionais (NSFs) e assegurar condições de emprego próprias para jovens ciganos que sofrem exclusão e discriminação violentas no mercado de trabalho unicamente por causa da sua etnicidade.





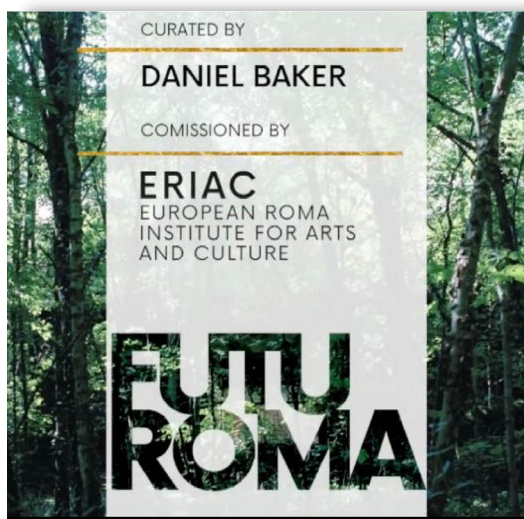
Fonte: Newsletter OBCIG - dez 20

O Instituto Cigano Europeu para as Artes e a Cultura (European Roma Institute for Arts and Culture - ERIAC), com sede em Berlim, com os apoios do Conselho da Europa, da Universidade da Europa Central (Budapeste), das Fundações Open Society e do Ministério das Relações Exteriores Alemão, lançou recentemente a Universidade Online Cigana Barvalipe (UOCB). A UOCB é uma plataforma educativa a que podem aceder ciganos e não ciganos para adquirirem conhecimentos sobre a(s) identidade(s), a(s) história(s) e a(s) cultura(s) ciganas, através de uma série de palestras de grande qualidade apresentadas por reconhecidos académicos ciganos sobre temas que vão desde o Holocausto Cigano até a produções culturais ciganas.

O primeiro curso foi lançado em setembro de 2020, tendo-se prolongado até fevereiro de 2021, em sessões semanais e abordou o tema “Introdução à História Cultural Cigana”; começou com a história da chegada dos ciganos à Europa, abordando a presença cultural, social e política dos ciganos na Europa, terminando com uma reflexão sobre a importância da atual produção de conhecimentos sobre os ciganos. A seguir a cada exposição, seguiu-se diálogo entre os participantes e o conferencista, com a intervenção de alguns convidados. Os temas foram os seguintes:

1. Introdução à identidade, à história e à historiografia ciganas.
2. Introdução à língua cigana

3. Identidade cigana: entre a unidade e a diversidade radical
4. Escravidão cigana, história, legado, reparações
5. Uma introdução ao anticiganismo
6. O Holocausto cigano e a história da resistência cigana
7. “Roma Sovieticus”: a experiência cigana sob o Comunismo



8. História do movimento político cigano

9. Feminismo cigano, intersectoralidade e movimento LGBT cigano

10. Memórias urbanas e espelhos rurais: uma história das artes cénicas

11. História da dança cigana

12. Arte cigana: uma realização epistemológica, política e institucional

13. O universo da música cigana

14. A produção de conhecimento cigano – analisando a viragem crítica nos estudos ciganos

15. A representação dos ciganos nos media na idade da comunicação social

16. Literatura cigana: uma chave da nova essência cigana (Romanipen)

17. Flamenco

18. (Des)construindo a representação cigana em filme

19. Política de fotografia – recuperando a visibilidade cigana.

eriac@eriac.org

O PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

(Continuação da pág. 6)

A Europa deveria honrar os seus compromissos e produzir resultados na área da habitação adequada para os ciganos, uma das quatro prioridades sectoriais do QEEIPC, também apoiada pelos ODS, regulamentando e implementando na prática o conceito de “habitação adequada” para todos, incluindo os ciganos, definido pela ONU (Habitat Agenda); deveria estabelecer um enquadramento legal que garanta a proteção contra expulsões ilegais, em conformidade com os padrões internacionais para os direitos humanos; deveria apoiar a legalização de acampamentos informais e dos direitos de propriedade para os locais onde os ciganos vivem; estas medidas deveriam fazer parte de investimentos com vista a soluções de longo prazo. A segregação na habitação deveria ser considerada ilegal, de acordo com a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as formas de Discriminação

(ICERD – ONU). Os EMs deveriam efetuar uma revisão sistemática da legislação, das políticas e das práticas no âmbito da habitação e eliminar todas as determinações e procedimentos que resultem direta ou indiretamente em discriminação contra os ciganos; deveriam ainda instituir mecanismos adequados que assegurem o cumprimento das leis antidiscriminação e prever a participação de representantes e ONGs ciganas em todas as fases da monitorização. Recursos substanciais deverão ser atribuídos ao planeamento nacional, para projetos de habitação inclusiva acessíveis aos ciganos, no quadro de programas multifundos, combinando o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (ERDF) com o Fundo Social Europeu (ESF). A UE deveria prosseguir e continuar a iniciar processos de infração contra EMs em casos em que a lei da UE foi violada e acompanhar os processos, incluindo nos casos de expulsões.

CIGANOS EM TEMPO DE PANDEMIA

O OBCIG de dez 20, na sua rubrica “Vozes Ciganas”, dedicou uma secção às “Vozes Ciganas sobre os Direitos Humanos em Contexto de Pandemia”. Sintetizamos a primeira entrevista, a Cátia Montes.

Cátia Montes (CM) é cigana, educadora social e frequenta o 2.º ano do mestrado em educação social.

OBCIG A pandemia de COVID-19 tornou mais visível e aprofundou fragilidades socioeconómicas que já existiam e que agora se tornaram ainda mais evidentes?

CM Todas as dificuldades e fragilidades socioeconómicas que já existiam aprofundaram-se e muito, no entanto, a visibilidade eu não sei se realmente existiu pelo lado positivo, no sentido de os políticos e a sociedade em geral perceberem que é uma comunidade que sofre de fragilidades que necessitam de ser colmatadas. Portanto, eu não sei se a visibilidade que houve, se foi produtiva, a nível de conseguirmos soluções, em vez de críticas e apontar dos dedos.

OBCIG Tendo em atenção a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que impacto considera que a pandemia teve no acesso aos Direitos, principalmente no que diz respeito ao direito à Educação, Habitação, Saúde e ao Trabalho.

CM Relativamente ao impacto da pandemia nos acessos aos Direitos Humanos básicos, a comunidade cigana, como todo o nosso país, sofreu bastante. Mas a comunidade cigana teve algumas especificidades. Na questão da educação, houve muitas crianças ciganas que não tiveram acesso, porque simplesmente não têm internet em casa ou porque moram num acampamento ou numa barraca onde não têm saneamento, nem luz, nem eletricidade para pôr internet ou computadores. E então perderam muitas aulas e o retomar também não foi tarefa simples.

A nível de saúde, muita da comunidade cigana ainda vive em habitações muito precárias e não se consegue proteger deste vírus maldito. Não é fácil ter acesso a água para poder lavar as mãos, não é fácil ter acesso a materiais de desinfeção, nem a informação.

A nível do trabalho, com o encerramento das feiras, e algumas medidas que foram tidas nos estados de emergência e contingência, que se compreende... No entanto, muita da economia da população cigana é feita através da venda, do mercado, da roupa ou da fruta. Houve um grande abalo e, como são profissionais que trabalham muito por conta própria, eu não sei se tiveram, se conseguiram ter ajuda do Estado ou outros

tipos de ajuda. Muitas das coisas a tratar, eram todas através da internet e muita da comunidade cigana, na literacia digital, ainda não é muito fluente e houve muitas pessoas que não conseguiram tratar dos papéis a tempo, para conseguir algum tipo de ajuda, e outras que nem sequer sabiam como o fazer. Portanto, houve aqui uma grande falha.

Ainda em relação à habitação, também aconteceu que, em pleno estado de emergência, houve municípios que quiseram despejar pessoas ciganas portuguesas das suas casas, onde havia crianças, idosos...

OBCIG No contexto atual, o que acha que pode e deve ser feito para se proteger e consolidar o acesso da população cigana aos Direitos Humanos?

CM Eu sinto que a comunidade está sempre um pouco como a última e, quando se fala da comunidade cigana, tudo o que se faz é no sentido de tentar prevenir alguma coisa que eu não sei bem o que é que é. Porque as pessoas continuam a viver nas barracas, continuam a não ter pleno acesso a educação, saúde, trabalho e habitação. Portanto, eu nestas questões, eu fico sempre sem saber muito bem o que dizer mais, para além daquilo o que toda a gente já sabe, que é... tem que haver mais políticas públicas e tem que se pensar numa inclusão muito mais a sério. E espero que todos nós possamos

ter aprendido com este período que atravessou todo o mundo e o nosso país, e que daqui para a frente possa haver uma consideração por todos, por ciganos, não ciganos, a nível dos Direitos Humanos, muito mais a sério. E quando eu digo a sério é no sentido de perceber realmente as dificuldades e fragilidades que as pessoas estão a passar. Para além da fome, para além do frio, há situações como falta de informação ou pessoas a serem despejadas em pleno estado de pandemia, e é necessário nós olharmos a isso.



Cátia Montes



RTP 1 (telejornal das 20h00 de 3 mar)

Refere a situação da escolarização das crianças ciganas em tempos de pandemia e de tele escola, com a intervenção de Luís Romão da Associação Sílabas Dinâmicas, entre outros. Indica que são 25.000 os alunos ciganos no ensino básico e secundário, sendo menos de 1.000 no secundário e realça o problema do abandono escolar.

RR (2 mar)

Dá relevo ao comunicado da Comissão Nacional Justiça e Paz sobre os ciganos. (Ver páginas 2 e 3)

Jornal da Nossa Terra (15 mar)

A edição deste Jornal é inteiramente dedicada aos ciganos de Moura. No presente nº da Caravana vamos apresentar alguns excertos desta edição, continuando-os nos próximos números.

O Jornal da Nossa Terra (nº 7) (JNT) deu a conhecer os resultados do inquérito à comunidade cigana do Concelho de Moura, o qual foi realizado no final de 2020.

Começando por dedicar a introdução aos “Ciganos em Viagem”, o JNT cita Beaudelaire e Manuel Alegre e diz que “ao longo de quase 100 páginas, traçamos a complexa realidade de uma das comunidades ciganas mais rurais e isoladas do país, afectada por situações de pobreza e exclusão social preocupantes. A partir da apresentação dos resultados do inquérito às famílias ciganas do concelho de Moura, no âmbito do projecto *Mediadores municipais e interculturais de Moura* (CMMoura/ADCMoura/ACM), são diagnosticados os problemas e identificados os avanços conseguidos e as

áreas que requerem um maior investimento em política pública passível de desencadear processos de mudança.” E o JNT conclui: “em suma, uma edição do JNT que ambiciona (dar a) conhecer o Outro para melhor compreendê-lo e, com isso, mudar mentalidades.”

Segundo o *Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-Racial em Portugal*, de 2019, «...estima-se (porque não há dados oficiais) que (Moura) é o concelho do país com maior percentagem de população das comunidades ciganas em relação à população cigana». Os ciganos de Moura continuam particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão. Sem dúvida que há um longo caminho a percorrer no que se refere, por um lado, a efetivação da igualdade de oportunidades e, por outro, ao aproveitamento pleno das vantagens inerentes a essas mesmas oportunidades pela comunidade cigana de Moura, rumo ao seu empoderamento e à concretização de projetos de vida que interrompam ciclos de pobreza tidos como incontornáveis. As novas gerações começam a estar despertas para esta realidade, e mais preparadas que as anteriores para os desafios dos novos tempos.

De entre os desafios, o da aposta na escolarização e formação, com modelos e práticas que incorporem devidamente a diversidade cultural, é certamente o mais crítico e decisivo neste processo de mudança. A continuidade e o sucesso dos percursos escolares e formativos dos ciganos, no quadro de uma participação multicultural, traduzem-se, não apenas, em mais possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, associado a perspectivas de vida condignas e de bem-estar, mas também em empoderamento e exercício da cidadania, indispensável para a reivindicação de direitos sociais e para o (re)conhecimento e afirmação da cultura cigana pelos próprios.

(Continua no próximo número)

Ecclesia – internet (10 mar)

COVID 19: CÁRITAS DE COIMBRA APOIA A COMUNIDADE CIGANA NO ESTUDO À DISTÂNCIA

A Cáritas Diocesana de Coimbra está a desenvolver um trabalho de “proximidade e acompanhamento” ao estudo com a comunidade cigana, através do seu Centro Comunitário Nossa Senhora da Boa Viagem na Leirosa, Figueira da Foz.

Num comunicado enviado à Agência Ecclesia, a Cáritas explica que, ao longo deste novo confinamento, apoia “alunos de vários graus de ensino, com ou sem acesso virtual às plataformas a que precisam de aceder”, e que os estudantes recorrem àquele Centro Comunitário à procura de “apoio e estratégias de aprendizagem”, para acompanhar as matérias que são lecionadas.

Diariamente estão disponíveis técnicos para apoiar estas crianças e jovens, divididos por anos de escolarida-

de e segundo o horário de auto-estudo ou aulas síncronas. Neste contexto, a Cáritas de Coimbra pretende diminuir a desigualdade ou as “dificuldades”, e o trabalho está a ser realizado “em estreita articulação” com os professores de cada disciplina e com os diretores de turma.

Este processo foi iniciado no primeiro confinamento, quando estava em desenvolvimento a 7ª Geração do Programa Escolhas., aguardando agora a aprovação da 8ª Geração.



CIGANOS: UMA HISTÓRIA DE RACISMO

Os ciganos construíram, connosco, nacionalidade. Adolpho Coelho, em *“Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão”* (1892), evoca os “mais de 250 homens dessa raça” que “alistados no exercito português, desde a restauração do reino” serviram “nas fronteiras «com zelo e valor com que já foram muito apremeados».” Evoca, ainda, no espírito de Thomé Pinheiro da Veiga, “o caso d’aquelle pobre cigano que serviu a sua pátria adoptiva «três annos contínuos com suas armas e cavallo á sua custa, sem soldo», combatendo até à morte por um país que, 400 anos depois, ainda persegue a sua etnia.

Desde que penetrou no território nacional, em meados do século XV, o *cigano* foi sempre visto como um **alvo a abater**. Variadíssimas foram as tentativas de lhe **expurgar os costumes, a língua, a livre vida do seu nomadismo**, que sempre foi resposta a uma perseguição generalizada por parte das populações e autoridades.

A *comunidade cigana*, como qualquer outra, é sobretudo **mitológica**, alimentada por um preconceito que encontra, na História, paralelismos mais ou menos evidentes com o destino de outros povos históricos. **Cerca de meio milhão de ciganos pereceu no Holocausto (Porajmos)**. Ao longo dos séculos, inúmeros foram desterritorializados e reterritorializados, desterrados para o Brasil, instrumentalizados na sua colonização, e demais territórios ultramarinos, devido à resistência que ofereciam face às sucessivas tentativas de assimilação por parte das populações locais.

Pequenos furtos, negociatas de jumentos e outras cavalgadas, a tradicional associação à cartomancia e leitura da sina, apelidada pela Inquisição de *buena dicha*, contribuíram para a **difusão, na cultura popular portuguesa, de uma imagem indissociável da criminalidade**. Em finais do século XVI, ser cigano era punido com pena de morte.

No ano de 1538, a denominada Lei XXIV das Cortes havia punido os ciganos naturais do Reino, com a ida por dois anos, para cada um dos lugares de África. A centúria de Quinhentos não iria findar sem antes ganhar forma a lei de 28 de Agosto de 1592, que, além de impor a pena de morte (punição renovada mais uma vez, em 1694) aos ciganos que infringissem as medidas integradoras nela contidas, ou em alternativa, não abandonassem o país num máximo de quatro meses, estipulava que:

“(...) as mulheres dos ciganos que estiverem presos nas galés que estão no porto desta cidade [Lisboa], ou em qualquer outro deste Reino em que estiverem, se sairão dele dentro dos ditos quatro meses, ou se avizinharão no Reino pela maneira acima declarada, deixando o dito hábito e língua dos ciganos: e não o fazendo assim serão publicamente açoitadas com barão e pregão, e degredadas para sempre para o Brasil (...)” (Costa, 2005).

O **curto alcance das iniciativas com vista à sua integração na sociedade portuguesa**, levou a que tenham sido sucessivamente usados como arma de arremesso nos meandros políticos, sobretudo naqueles que empregam uma retórica marcadamente populista para reclamar franjas de eleitorado suscetível a um discurso extremado e inflamatório do tecido social português.

A incapacidade de os ciganos operarem, quanto mais sobreviverem, numa sociedade contemporânea que os demoniza resultou na sua exclusão social e económica. Essa exclusão tem ocorrido em parte porque os ciganos criaram, ao longo dos séculos, barreiras protetoras em torno das suas comunidades e cultura como resposta ao

racismo que experienciaram, e como parte integrante da sua cultura nómada. (James, 2020).

Em *The Harms of Hate for Gypsies and Travelers* (2020), Zoë James discorre sobre a cultura de ódio instalada em relação aos ciganos e viajantes irlandeses, sobretudo no Reino Unido, mas que traduz perfeitamente o racismo sistémico presente um pouco por toda a Europa. A autora evidencia a responsabilidade em que incorrem os *media*, com particular destaque para a televisão, como instigadora de manifestações públicas de ódio contra os ciganos.

Em 2014, o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas estimou que dos indivíduos da etnia cigana inquiridos, 27,1% não sabia ler nem escrever. Dos entrevistados, apenas 2,3% atingiu o Ensino Secundário. No que diz respeito a prestações sociais, 34,8% era beneficiária do Rendimento Social de Inserção. Cerca de 48% admitiu já ter passado fome. No que concerne a habitação, 27,5% vivia em casas rudimentares, como barracas ou tendas. 38,5% relata a insuficiência de transportes públicos na sua zona habitacional.” Este estudo revela-se como uma obra imprescindível para atestar as condições desfavoráveis à integração de comunidades compostas por indivíduos de etnia cigana, mas que são, por vezes, **transversais a outras minorias**. Quando 29,1% dos entrevistados responde que não procura trabalho porque **“ninguém**

(Continua na pág. 12)



Grupo de ciganos alentejano indo para a feira de Alter-do-Chão

dá trabalho a um cigano”, é sinal mais que evidente que existe racismo sistémico na sociedade portuguesa. A pobreza extrema em que, não raras vezes, alguns agregados se encontram, chega a comportar uma barreira à sua **sobrevivência biológica**, quanto mais à sua integração. O **Rendimento Social de Inserção** é, frequentemente, uma prestação pecuniária que, mais do que a integração, visa **garantir a sobrevivência** de indivíduos reiteradamente flagelados por ciclos de pobreza inquebráveis.

Francisco Gomes da Silva, no 2.º Volume do seu *Mysterios da Inquisição* (1900), tem uma passagem curiosa a respeito dos ciganos:

«Se não os deixavam trabalhar, como não queriam ser roubados? Se os enxotavam como faziam aos cães, como não queriam que elles mordessem?

E elles viviam alli, nas trevas, amontoados, com frio e fome, se durante muito tempo não podiam agenciar a vida, as mulheres e os filhos! A moral christã prohibia o roubo, mas antes d'isso mandava dar de comer aos famintos e matar a sede aos sequiosos!»

Atormenta-nos o espírito que, volvidos 120 anos, desde a publicação desta obra, a situação das *comunidades ciganas* pouco ou nada tenha mudado. Incorrem, novamente, numa nova onda de extremismos, que promete, a troco de um punhado de votos, cortar-lhes as amarras que os prendem a terras que são tão ou mais suas do que daqueles que os ostracizam.

Filipe Nunes assina, na *Revista Alambique* (IV, 2012), um artigo que contraria esta portugalidade tóxica: “O andar *de terra em terra* não exclui a pertença à terra familiar, pertença que é em muitos casos **tão ou mais antiga da pertença do alentejano** (vizinho) que não hesita usar das idiotices semânticas da extrema-direita em mandá-los para a *terra deles*.”

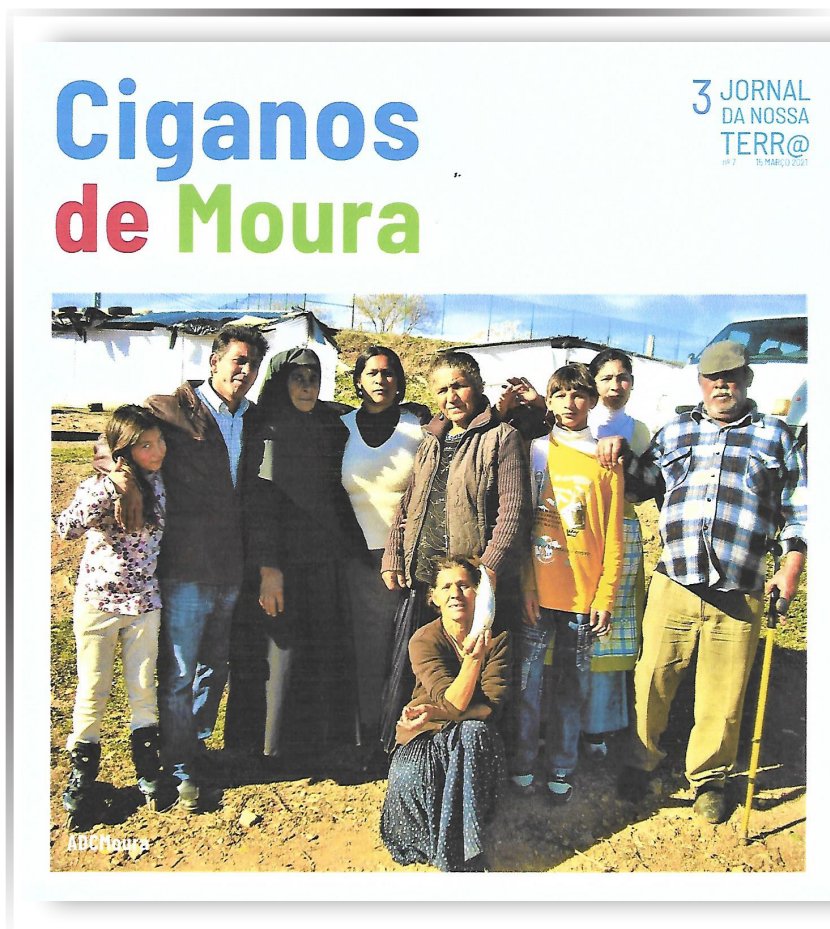
Muitos de nós ficámos revoltados com ideias nacionalistas de muros fronteiriços com o México ou com campos de trabalhos forçados e de reeducação das minorias islâmicas na China, mas são poucas as vozes críticas quanto ao tratamento desumano dado, não apenas, mas sobretudo, às comunidades ciganas em território nacional. Frequentemente, ouvi da boca de pessoas assumidamente de esquerda e a favor do progresso social as maiores barbaridades quanto a esta questão. O touro é visto em maior consideração do que o cigano. O cigano é ladrão, vive da economia paralela, do tráfico de droga e armas, destrói a habitação social que lhe é atribuída pelas autarquias. Chega, inclusive, a desmontar elevadores para, de seguida, os vender.

Aquilo que Zoë James nos relata é bem diferente: “Na

mesma medida que o seu trabalho tradicional diminuiu, a terra em que tradicionalmente vivia fechou-lhe as portas devido à especulação imobiliária. A sua exclusão social e económica, agravada através de processos de racismo, discriminação e criminalização, levou a que os ciganos ficassem cada vez mais pobres e as suas vidas se definam pela precariedade e insegurança. A sua posição nas margens da sociedade significa que estão a competir por recursos limitados e pelo reconhecimento das suas necessidades humanas com o restante precariado. (...) [Estas] pessoas estão a sofrer violência estrutural massiva a partir de cima que os consigna a bairros de exílio»”.

Rafael Jesus

(Continua no próximo número)



FICHA TÉCNICA

a caravana

Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA

TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514

Contribuinte N.º 501660054

Email: pastoralciganos@ecclesia.pt Internet: www.ecclesia.pt/pnciganos

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 900 exs.

Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548

Impressão: OCPM

Isento de registo na ERC ao abrigo da alª a) do nº 1 do artº 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.